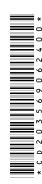
CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1000, de 2020

| Ε | M | E | N | D | Α | N | 0 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | | | |

Dê-se a seguinte redação para o caput e § 2º do art. 1º e para o § 4º do 7º da Medida Provisória n. 1000, de 2020:

| Title 1 Float montained, ate of de dezemble de 2021, o daxine |
|---|
| emergencial residual a ser pago em parcelas mensais no valor de R\$ |
| 300,00 (trezentos reais) ao trabalhador beneficiário do auxílio |
| emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de |
| 2020, a contar da data de publicação desta Medida Provisória. |
| |
| |
| § 2º O auxílio emergencial residual será devido até 31 de dezembro de |
| 2021, independentemente do número de parcelas recebidas. |
| " (NID) |
| " (NR) |
| |
| A (70 |
| Art. 7° |
| |
| |
| § 4º A transferência de recursos à instituição pagadora para o |
| pagamento do auxílio emergencial residual deverá ocorrer até 30 de |
| dezembro de 2021. |
| " (NR) |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como finalidade propor a prorrogação do auxílio emergencial até 31 de dezembro de 2021.

O Auxílio Emergencial está previsto no art. 2 da Lei nº 13.982, de 2020, de iniciativa do Congresso Nacional, sendo a principal medida do Governo para enfrentamento da pandemia. Na sequência, propondo uma prorrogação do auxílio emergencial, a MPV n. 1000, de setembro de 2020, instituiu, até 31 de dezembro de 2020, o auxílio emergencial residual, a ser pago em até quatro parcelas mensais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Desse modo, com o intuito de proteger a renda dos trabalhadores e garantir a segurança alimentar das famílias e, consequentemente, gerar impactos positivos na economia, uma vez que boa parte dos recursos empregados retornam aos cofres públicos por meio da arrecadação de impostos, pois a maior parte é utilizado no consumo, propomos a prorrogação do auxílio até 31 de dezembro de 2021.

Pelas razões expostas, peço o apoio dos pares para a aprovação desta emenda.

Sala de Sessões, em de de 2020.

Dep. Paulo Pereira da Silva Solidariedade/SP

